

Carney
ALÉM DA NOTÍCIA

Reserva de autonomia

○ assessoramento presidencial de alto nível é entendido pelo chefe do Governo como uma reserva de autonomia que lhe é dada explorar em meio a uma situação institucional que por ele não foi criada: os ministros não são de sua escolha, as diretrizes não são suas, e a Nova República tem muitos pais, tal qual a Pátria.

O presidente Sarney usa sua reserva de autonomia como pode, levando para o Palácio do Planalto assessores que em primeira análise permitirão que o chefe do Poder dispense o SNI de funcionar como corrente de transmissão entre a Presidência da República e os ministros. A troca foi substantiva: em vez do SNI, tem-se uma assessoria civil integrada por respeitáveis quadros da política, economia e área técnica.

O ex-deputado Célio Borja, que provém da área política, não integra propriamente uma assessoria nesse nível. Seu procedimento é técnico, no julgamento e avaliação dos papéis do poder. Por isso mesmo o ex-presidente da Câmara, ao contrário do que muitos pensam, não está ali de "stand-by" para cobrir eventualmente a vacância de algum ministério, como o da Justiça ou o Gabinete Civil.

O assessoramento técnico que Borja concede ao Presidente da República se estriba em nomes que carregam respeito de suas áreas de origem. Falar-se em Jaime Costa Santiago, Nelson Mandarino, seja no Ipea ou no Banco do Brasil, ou ainda em Ibrahim Eris e Luiz Paulo Rosenberg, na Seplan, é ter-se a certeza de que se recruta profissionais sérios. Esses economistas começam a compor o núcleo de assessoria técnica que Borja dirige, o que assegura à missão do político fluminense um dado estratégico para a política de utilização da reserva de autonomia pelo presidente Sarney.

O que é dado ao Presidente usar, nesse aspecto, ele certamente o fará. Com sua experiência anterior de governador do Maranhão, o chefe do Governo aprendeu a trabalhar em equipe, mas sempre preocupado em selecionar os melhores quadros para funcionar junto a si. A escolha desses talentos nem sempre obedece a uma lógica, como seleção de currículos, e convites formais: Sarney faz melhor conservando o desempenho de quem atribuiu com missões executivas, e sua aprovação é dada com gestos

pouco notados: de repente, o Presidente passa a falar com mais constância com um técnico especialista em seu assunto do que mesmo com o ministro ou o responsável setorial.

De trato amêno, e que rege suas relações sociais com delicadeza, o Presidente não é de ferir suscetibilidades. Não demonstra hostilidade contra ministros desavindos, mas prefere criar seu próprio sistema de informações nessas áreas mal controladas. Daí o assessoramento técnico, que se transforma no emprego de uma reserva de confiança: não podendo demonstrar sua confiabilidade com certos auxiliares do primeiro e segundo escalão, o Presidente da República recruta assessores competentes para tarefas vitais de Governo.

Mesmo que providencie, em breve, ou a prazo mais longo, uma reforma ministerial, Sarney deverá continuar valendo-se desse recurso de assessoria. Já descobriu que a mobilização de talentos para a ponta do Executivo supre uma antiga deficiência do poder central, que é falta de oxigenação política e civil em áreas de decisão que passaram a ser presa da aliança tecnocrático-militar. A reforma agrária, por exemplo, até há pouco tempo era dogma do Conselho de Segurança Nacional, como a redistribuição interna de prioridades de investimentos governamentais integrava o feudo da Seplan.

Com essas mudanças de enfoque, o Presidente da República não só moderniza o processo decisório, como interpõe forças novas contra o movimento de criação de quistos isolados de poder e influência. Os homens do Presidente, desse modo, tomaram todo o espaço que sobrou, e agora tornam inviável qualquer tipo de governo paralelo. Para o bem da República.